

Políticas da memória e terror de Estado

uma análise do Memorial de Balide, Timor-Leste, Sudeste Asiático¹

Daniel De Lucca (UNICAMP/CAPES)

Museus e Estados nacionais

Muitos museus modernos surgiram sobretudo do confronto entre a aventura imperial europeia e o mundo não europeu (Appadurai, 2007). Constituídos no auge da ânsia classificatória e arquivística da racionalidade moderna, na qual livros e artefatos raros, assim como objetos etnográficos e espécimes botânicas e zoológicas eram preservadas e valorizadas como patrimônio documental, as práticas de colecionismo do século XVIII e os museus do século XIX, assim como as exposições universais e coloniais que se estenderam até a Segunda Grande Guerra do século XX, foram alimentados pelo trabalho de coleta dos viajantes, exploradores e empreendedores do expansionismo da era dos impérios. Tais instituições fomentaram uma consciência que se queria planetária (Pratt, 1999), organizando a diversidade de conhecimentos sobre as terras, as eras e as gentes, possibilitando o consumo de um tempo e um espaço mundial unificado e armando o terreno para a formação de um cronotopo global antes da chamada globalização (McClintock, 2010). A hierarquização destes saberes transoceânicos e transcontinentais, acumulados em grandes arquivos e bibliotecas, fez destas instituições poderosos aparatos de controle colonial que trabalharam ativamente na constituição dos imaginários imperiais.

No Brasil, o surgimento dos museus e dos Institutos Históricos e Geográficos, criados após a independência do país, integraram os esforços de se construir uma história da nação, recriando o passado e selecionando eventos, personagens e objetos até então dispersos. Assim foram constituídas as primeiras “coleções” e “acervos” brasileiros². Lilia Schwarcz, em seu estudo sobre o nascimento destas instituições no contexto do Brasil império, revela como tais lugares eram resultados de trocas e intercâmbios ativos entre as elites locais e os conhecimentos de tradição europeia e, sobretudo, da ex-metrópole. Com o tempo estas instituições passaram a representar o centro da atividade cultural do novo Estado independente – que no decorrer do século

¹ IV ENADIR, GT 14 Abordagens Antropológicas do Estado

² De fato, o primeiro e mais importante acervo documental brasileiro adquirido foi a biblioteca real portuguesa que veio junto com a corte e a família real em 1808. Biblioteca que logo após a declaração de independência, em 1822, é negociada e adquirida às custas de um alto valor pago à ex-metrópole.

XIX foi adquirindo, cada vez mais, ares de uma nação – e buscavam construir um passado que se pretendia singular, embora claramente marcado pelo perfil dos influentes grupos econômicos e sociais que participavam destes institutos (Schwarcz, 1993).

Benedict Anderson (2009), por sua vez, em sua influente obra sobre a origem e a difusão do nacionalismo, dedica uma seção especialmente voltada aos museus dos Estados pós-coloniais do Sudeste Asiático. Diretamente tributários das estruturas físicas e das representações fornecidas pelos Estados imperiais que lhe antecederam, Anderson argumenta que os museus pós-coloniais da Indonésia e Malásia seriam instrumentos de poder e prestígio, reivindicando antiguidade e legitimando a longevidade e profundidade histórica das novíssimas e recém nascidas nações. Segundo o autor haveria uma continuidade direta entre as narrativas coloniais e pós-coloniais nos processos de legitimação política e museificação da história. Neste sentido Bernard Cohn (1996), ao estudar o contexto colonial e pós-colonial indiano, também reconhece o papel central dos museus na construção do Estados-nacionais, conceituando-os como *cultural technologies of rule*.

Com a desvinculação política das metrópoles, as antigas colônias passaram então a gerir suas próprias imagens e narrativas, agora de autodeterminação e soberania cultural. Como resultado das heranças da imaginação imperial cultivadas no seio dos territórios coloniais, é nos museus e arquivos que as novas nações trabalham e reformulam os saberes sobre si a partir dos documentos e materiais de seus antigos patronos estrangeiros. Sendo patrocinados agora pelos Estados pós-coloniais, os museus e centros de memória assumem um papel fulcral na formação da imaginação nacional que também se quer independente. Assim, tais instituições são aparatos de saber e poder, referências para se ler e agir sobre o mundo³. E, principalmente nas novas nações, constituem a face mais visível da afirmação dos símbolos e representações estatais na esfera pública, definindo certos valores como patrimônio e como instituição coletiva.

Este ensaio pretende analisar o caso do Memorial de Balide, a primeira instituição de caráter museológico de Timor-Leste, país insular situado nos extremos do Sudeste Asiático, na zona de transição para a Oceania. Colônia portuguesa até

³ Do ponto de vista de uma “antropologia dos museus”, tal qual aqui se busca ensinar, esta instituição é a materialização de uma cosmologia específica, um modo próprio de olhar para o mundo. Daí a importância de se analisar o modo como o museu interpreta e constrói o mundo através de seus elementos internos, disposições e formas de pensamento. (L’Etoile, 2011)

1975, o território permaneceu durante vinte e quatro anos sob uma violenta e ilegal ocupação indonésia (1975-1999). Em 2002 a República Democrática de Timor-Leste (RDTL) teve sua independência restaurada e tornou-se o primeiro Estado nação do século XXI a integrar a ONU. Meu maior interesse aqui é interpretar o Memorial de Balide como uma tecnologia política que articula objetos materiais, relatos e esquemas classificatórios que estabelecem uma verdade a respeito do terror de Estado vivido no território. No entanto, diferentemente dos museus pós-coloniais rapidamente acima comentados (Brasil e Sul da Ásia), o conhecimento disposto no Memorial de Balide não é tributário dos saberes museológicos das duas potências que dominaram o território na última metade do século XX, ainda que as informações ali mobilizadas dialoguem com a experiência destes dois Estados.

Mesmo que já fosse representado nas exposições coloniais da metrópole (em 1934 e 1940), o “Timor Português”, a mais distante província ultramarina portuguesa, adquiriu em *locus* seu primeiro espaço museológico no início dos anos setenta. Situado no edifício do antigo quartel general do exército, construído em fins do século XIX, próximo à sede do governo da “praça” de Díli e chamado simplesmente de “museu”, pelo que se sabe, à época, o espaço era pouco conhecido entre timorenses e metropolitanos. Contudo, servia para a divulgação dos poucos eventos da administração da província, exposições de produtos locais e artefatos tradicionais ligados aos “usos e costumes” nativos. Com a invasão indonésia o território torna-se teatro de conflitos armados, é renomeado como “Timor Timur” e seus espaços de manifestação cultural local são vistos pela novo Estado ocupante como potencial ameaça devido a seus aspectos nacionalistas e “separatistas”. Só com a restauração da independência é que a República Democrática de Timor Leste (RDTL) pode novamente instituir espaços da memória com a função de construir uma narrativa sobre si e sobre seu passado. É neste contexto que o Memorial de Balide é criado.

Abordando esta instituição como um artefato etnográfico marcado pela assinatura de três Estados, dois antecessores e o atual já independente (RDTL), pretendo refletir como a própria nação é ali figurada através do lugar primordial das vítimas. Para tal considero seu contexto e posição na trama das instituições públicas em edificação no país; o conjunto das formas expressivas, materiais e narrativas expostas em seu interior; bem como possíveis leituras e modos de recepção por parte dos usuários e visitantes. Este trabalho integra pesquisa de doutorado mais ampla situada no subcampo da “antropologia da história” e está baseada em minha

experiência de campo em Díli entre os anos de 2012 e 2014. Meu argumento aqui busca destacar e analisar a centralidade do Memorial de Balide na construção de um conhecimento histórico timorense a respeito do sofrimento e do terror de Estado. Tomo tal instituição como um aparelho ideológico do Estado que, ao refletir sobre as margens, arbitrariedades e ruínas das formas estatais passadas, pretende preservar e divulgar um saber sobre a dor com o objetivo fundamental de prevenir o retorno da violência coletiva e das violações dos direitos humanos.

De prisão a centro de memória

Localizada na cidade de Díli, capital da República Democrática de Timor-Leste (RDTL), a prisão de Balide, conhecida como “Comarca” de Balide, foi utilizada como instituição de coerção, controle e encarceramento por sucessivos poderes instituídos no território⁴. O edifício foi construído em 1963 como uma prisão colonial portuguesa, mas ganhou outros usuários a partir da rápida guerra civil de 1975. Com a Revolução dos Cravos, o subsequente conflito armado entre os partidos timorenses e a fuga da administração portuguesa, a Comarca de Balide passou então a ser utilizada pela FRETILIN (Frente Revolucionária Timor-Leste Independente) para aprisionar seus inimigos dos partidos políticos rivais da UDT (União Democrática Timorense) e da APODETI (Associação Popular Democrática de Timor). Diferentemente do período colonial, quando basicamente os locais eram aprisionados pelos agentes do Estado português – sobretudo pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) – no rápido período de domínio da FRETILIN, em fins de 1975, eram timorenses que encarceravam timorenses. Mas com a invasão indonésia o edifício teve seus administradores e usuários mais uma vez alterados, tornando-se um centro de interrogatório, tortura e prisão para polícia militar e as organizações da inteligência da nova potência ocupante. Passando pelas mãos administrativas do Estado colonial português, do breve governo emergencial da FRETILIN e do Estado de exceção indonésio, a Comarca de Balide sempre fora, no entanto, voltada para o aprisionamento de um público-alvo específico e principal: os naturais do território.

Durante a ocupação indonésia, até 1986, a Comarca de Balide foi a única prisão de Díli, quando então foi construída outra no bairro de Becora aliviando um

⁴ Sinônimo de “distrito judicial” durante o colonialismo português, entre os timorenses a palavra “comarca” adquiriu outro sentido, simplesmente o de “prisão”. Isso também pode ser identificado na nomeação, ainda hoje, de outras “comarcas” históricas do país, como a de Aipelo localizada fora de Díli.

pouco a superlotação das celas. Segundo um estudo feito por Emma Coupland (2008) a respeito da Comarca de Balide durante o período da ocupação indonésia, muitas das pessoas que iam para lá eram trazidas de outros “centros de detenção provisórias” improvisados como postos policiais, quartéis militares e até mesmo hospitais, hotéis e moradias abandonadas. Ainda que os níveis de violência aplicados sobre os prisioneiros flutuassem muito de acordo com variações de contexto e, sobretudo, de oficiais em serviço, o relatório sobre a Comarca apresenta inúmeros relatos sobre a permanente situação-limite vivida pelos detentos: celas superpopulosas; mau-nutrição e desidratação generalizada; péssimas condições de higiene e saúde, com um altíssimo índice de mortes por tuberculose; bloqueio de visitas e comunicações com o exterior, inclusive com a Cruz Vermelha Internacional; rituais vexatórios e humilhantes, como o espancamento institucionalizado para os recém-chegados; práticas de afogamento dos prisioneiros e uso de capacetes de ferro para receberem pancadas com bastões de metal; inserções de colheres nos ânus dos prisioneiros; surras até a perda de consciência ou à morte. Ali, as mulheres e crianças eram tratadas como homens e ocupavam as mesmas celas que estes. Inclusive o estudo chega à relatar experiências de algumas crianças que viveram e cresceram no interior da instituição⁵.

A tortura era o modo normal de funcionamento dos interrogatórios. Através de rituais de dor sobre o corpo dos prisioneiros buscava-se forçá-los à produzir um discurso contra si mesmo, assumindo supostos delitos, ou contra outros, com delações sobre possíveis focos da resistência armada e clandestina. Através de métodos humilhantes, o discurso do torturado era simultaneamente dirigido e destruído pelo torturador, cujo exercício do poder permitia o controle de quem dizia o quê, como e onde. Durante estes rituais de crueldade, permanecer em silêncio ou falar podia traçar a diferença entre a vida e a morte. E se a violência infligida ao corpo de alguns timorenses foi uma técnica comum na qual o poder instituído buscou controlar os espaços de fala e silêncio do torturado, com o fim da ocupação indonésia muitos torturados encontraram dificuldades para narrar a experiência pela qual passaram. A

⁵ A gestão institucional da Comarca no período de ocupação era composta por um arranjo misto. Nos anos 1990, a maioria das prisões do arquipélago indonésio estavam sob a gestão da “diretoria de correções” do Estado indonésio e, seguindo este princípio, a Comarca era definida pela burocracia de Díli como um “instituto de socialização”. O documento especial do CAVR produzido sobre os prisioneiros políticos em Timor afirma que cerca de 10 mil timorenses passaram pelo cárcere durante a ocupação (1975-1999), em prisões em Timor-Leste ou na Indonésia, sendo que a maior parte desses prisioneiros sofreram alguma forma de tortura (CAVR, 2005b).

saída do exército indonésio em 1999 e sua política de terra queimada resultou na destruição do edifício da Comarca de Balide.

A Comarca parou de funcionar como prisão no início de setembro de 1999. Os últimos prisioneiros escaparam da escalada de violência (...) fugindo do prédio para buscar refúgio nas montanhas imediatamente em frente. O edifício foi subsequentemente queimado, muitos dos acessórios foram removidos, e o terreno do entorno tornou-se área de pastagem para ovelhas e gado (tradução minha, CAVR, 2003:20).

Sua transformação de lugar de prisão e tortura para um lugar de memória, assumindo agora o nome de Memorial de Balide, esteve implicada no próprio esforço de reconhecimento das experiências de sofrimento lá vividas. A proposta inicial de reabilitar o espaço surgiu da primeira associação de ex-prisioneiros políticos criada em Timor-Leste após a desocupação (ASSEPOL). A reabilitação do edifício se deu com o apoio financeiro e logístico do governo japonês e irlandês. Também buscou-se que este processo de transformação do espaço fosse mais participativo. Com isso, a inclusão de prisioneiros envolvidos no trabalho de paisagismo e outras atividades de restauração integraram estratégias terapêuticas de reabilitação dos sujeitos junto com o espaço material. Nas palavras de um ex-prisioneiro tratava-se de mostrar que “flores podem crescer numa prisão”. Deste modo, o projeto de restauração da Comarca foi concebido, simultaneamente, como um lugar de redescoberta pessoal e um repositório da história nacional (Leach, 2009:150).

De fato, o próprio lugar fora adotado como escritório e sede da nascente Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação (CAVR), transformando-se, assim, no lar da “história dos direitos humanos” no país. Criada em 2001 pela missão da ONU em Timor-Leste (UNTAET), e depois reconhecida pela própria constituição da República Democrática de Timor-Leste (RDTL) para um mandato de dois anos, depois prorrogado para mais três anos e meio, o CAVR representou o maior esforço nacional de produção da memória coletiva através da coleta, organização e análise de depoimentos de cerca de 8 mil vítimas⁶. O título desta Comissão anuncia seus

⁶ Podemos situar o esforço do CAVR num quadro conceitual mais amplo da Justiça Transicional, dispositivo que busca expor a violência praticada num regime repressivo passado à uma nova situação política, invocando respostas sociais e legais. O surgimento histórico deste tipo de dispositivo pode ser localizado no fim da Segunda Guerra Mundial, quando então se pretendia estabelecer a justiça dos vencedores (Stanley, 2009). De modo geral, hoje os mecanismos da justiça transicional tendem a assumir dois caminhos não excludentes: tribunais internacionais para o julgamento de graves crimes contra a humanidade (tal como em Nuremberg e Tokio pós-guerra) e as Comissões da Verdade para audiência e reparação de crimes leves (tal como aquele agenciado no pós-*apartheid* da África do Sul).

principais objetivos frente ao contexto imediato e emergencial do pós-ocupação: apoiar no acolhimento dos deslocados internos, refugiados que se encontravam nas montanhas do território, em Timor Oeste (Indonésia) e aqueles que estavam na diáspora (Austrália, Portugal, Moçambique, Macau); recolher depoimentos, coletar informações, averiguar casos e produzir registros sobre a história do conflito a partir de suas vítimas; e promover a reconciliação através de audiências públicas e espaços de fala sobre experiências de violência e terror. Este trabalho demandou o esforço hercúleo de inúmeros técnicos internacionais e timorenses, pretendeu abarcar todo o território e foi marcado por metodologias participativas que implicaram o próprio envolvimento das comunidades locais e suas técnicas tradicionais de *nahe biti* (literalmente, estender o tapete em língua tétum), momento no qual os *lia nain* (porta vozes, donos da palavra) estabeleciam formas de negociação e reconciliação locais (CAVR, 2005).

Oficializada como quartel-general do CAVR, o prédio da antiga Comarca foi adquirindo, aos poucos, os sentidos vinculados ao próprio objetivo da Comissão. Além de comportar os arquivos do CAVR, acabou por tornar-se o primeiro e o mais importante lugar de memória da violência no país, buscando a promoção dos direitos humanos e reconciliação em Timor-Leste, sobretudo para as novas gerações⁷.

Chega!

Chega! é o nome do relatório final do CAVR e também da exposição permanente do Memorial de Balide. A exposição está voltada para a história de violações dos direitos humanos e a arquitetura do edifício também é um discurso sobre esta história. Para isso, o Memorial de Balide não sofreu grandes alterações em suas estruturas arquitetônicas, fazendo com que a exposição seja menos centrada numa única narrativa e dialogue diretamente com a disposição espacial da antiga

No caso timorense decidiu-se apenas pelo segundo caminho, institucionalizando a impunidade do genocídio à revelia das recomendações centrais do CAVR. As razões são complexas demais para aqui serem discutidas, importa pois considerar, no entanto, uma tendência identificada nas principais lideranças nacionais, que demonstraram estarem mais preocupadas na reconciliação com o gigante vizinho (e seus principais aliados, Austrália e EUA), do que com a justiça dos vitimados da nação. (Stanley, 2009 e Tribess, 2014).

⁷ O relatório final do CAVR conclui com mais de 200 recomendações. Entre estas, que o “arquivo da comissão seja mantido no edifício da antiga Comarca de Balide e seja administrado como fazendo parte do arquivo nacional oficial”, bem como “constitua parte integrante de um centro activo dos direitos humanos a ser desenvolvido no antigo edifício da Comarca de Balide, cujo objetivo global será recordar, render homenagem e aprender com a história recente dos direitos humanos em Timor-Leste” (CAVR, 2005a:213).

prisão. Fragmentada e ausente de um curso narrativo monolítico, a organização da exposição faz com que qualquer visitante possa se mover mais livremente no recinto perdendo-se nos corredores e nas antigas celas, sempre divididas por portas de metal gradeadas conservadas. Visitei o Memorial de Balide inúmeras vezes, para usar sua biblioteca (uma das poucas e boas do país), conversar com funcionários e também levar estudantes da Universidade Nacional Timor Lorosae – UNTL (instituição na qual era professor) para a visita. Destaco, a seguir, alguns componentes constituintes da exposição, tomando o próprio espaço como um discurso sobre a história.

Na exposição a quase totalidade dos painéis informativos do Memorial de Balide esta escrita em língua inglesa e tétum-praça, alguma pouca coisa em indonésio e nada em português⁸. Após entrar no prédio é possível apreciar uma sucessão de 20 pôsteres que, num encadeamento linear e sucessivo, pontua e destaca uma série de fatos que acabam por dar corpo e sentido à história nacional numa cronologia circunscrita aos marcos de 1975 e 1999. Marcos temporais estes que constituem eventos-críticos nacionais vinculados aos efeitos da abrupta descolonização portuguesa e a invasão indonésia, e depois pela violência da destruidora desocupação indonésia que se seguiu ao referendo pela independência.

As diversas dependências do Memorial de Balide possuem funções distintas. Além de uma cafeteria, uma pequena lojinha, uma biblioteca, lugares para encontros públicos, arquivos do CAVR e escritórios onde ainda funcionam o pós-secretariado técnico do CAVR. Algumas salas do Memorial foram batizadas pelos nomes de lugares de massacre e importantes eventos de morte: “sala de Santa Cruz” e “círculo Suai”. Por todo o prédio é possível ver antigos *graffitis* conservados. Trata-se de textos, imagens, traços e intenções riscadas pelos policiais da administração ou pelo prisioneiros na paredes internas das celas. Boa parte dos textos estão em língua indonésia, o que sugere, talvez, uma forma de comunicação entre encarcerados e carcereiros. São marcas da experiência e do que ali aconteceu. Alguns destes fragmentos de textos também são grafados em língua portuguesa: “5/5/78 aqui jazz

⁸ A constituição da RDTL define como línguas oficiais do país o português e o tetum-praça (esta última falada pela maioria da população, mas não por todos). Além disso, reconhece como “línguas de trabalho” o inglês (sobretudo, devido aos 12 anos de missões da ONU no território) e o *bahasa indonesio* (decorrente dos 24 anos de escolarização compulsória indonésia). Além destas quatro maiores línguas, Timor-Leste possui cerca de 16 línguas maternas distribuídas pelo território, o que a faz a questão linguística ser central para o país. Apenas aponto aqui que a escolha do inglês e do tétum-praça como línguas privilegiadas pelo Memorial de Balide, sugere uma hierarquização do público-alvo ideal, no caso timoreneses e a comunidade internacional mais ampla (em detrimento dos falantes de malaio-indonésio e dos falantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa-CPLP).

Zeca” diz um deles. “Eu gastei meu passado nesta cela” diz outro, demonstrando a consciência temporal vivida naquele espaço.

Além disso a exposição *Chega!* esta dividida em 4 salas temáticas principais. A primeira explica o visitante sobre o próprio CAVR, a organização das inúmeras audiências públicas feitas pelo território, a qualidade das experiências de catarse coletiva vivida e a importância do material registrado. A segunda sala esta voltada para a apresentação do contexto geopolítico na luta pela autodeterminação de Timor, destacando sobretudo o papel da comunidade internacional na questão de Timor. Nesta sala como pude presenciar e depois confirmar em conversas e entrevistas com o staff local é um dos locais onde estrangeiros, sobretudo australianos e americanos, ficam mais chocados, a terem a informação de como a política externa de seus países deliberadamente apoiou o Estado indonésio na ocupação.

A terceira sala da exposição, que compartilha o mesmo espaço que a biblioteca do Memorial, trata especificamente das violações dos direitos humanos em Timor. Aqui ficamos sabendo sobre o papel das crianças utilizadas como soldados, também sobre o rapto de crianças que foram levadas para a indonésia, bem como sobre o estupro de mulheres timorenses consentido pelo exército indonésio com o objetivo implícito de “indonesificação” da população. Através de testemunhos e depoimentos de peritos, os painéis apresentam informações sobre a morte de cerca de um terço da população timorense logo nos primeiros três anos da invasão, sobre os desaparecidos, a fome e a desnutrição imposta, o deslocamento forçado, os campos de refugiados e os vários massacres perpetrados pelo exército invasor e também sobre a tortura. Também há informes sobre a violência mobilizada pelos próprios timorenses contra os timorenses no rápido período da guerra civil em 1975, assim como nos tumultos coletivos que tiveram lugar após o referendo de 1999, quando o exército indonésio formou, armou, drogou e incitou milícias timorenses pró-indonésia a promover o terror generalizado no país, destruindo as infra-estruturas, caçando e assassinando timorenses pró-independentistas. Os textos, imagens e informações são portadores de mensagens fortes, impactantes e também violentas.

A última sala é chamada de *dark room* , *sela nakukun* (tétum-praça) ou então *sela mabutar* (indonésio). Ali o visitante pode entrar em contato direto com a experiência histórica do encarceramento da Comarca através de ambientes prisionais preservados e voltados para a divulgação de informações sobre o que ali se passava. A co-presença corporal com os objetos, grades, muros e a escuridão do ambiente fazem

o visitante sentir na pele a indeterminação da vida quando lançada contra materialidade rígida e fria das paredes gastas e impregnadas de marcas das celas. Além disso, ali há informações sobre os mortos identificados que vieram a falecer na comarca de Balide, também sobre as torturas, cortes com faca, afogamentos, choques elétricos na água e estupros cometidos contra os presos. Ao acompanhar visitas guiadas, pude presenciar cenas de choro no interior do *dark room*. Também em conversa com os guias da instituição me informaram que alguns estudantes timorenses chegaram a desmaiar na cela devido ao impacto sensorial produzido.

Este é um dos pontos altos da exibição e a preservação das marcas e sinais na arquitetura desta seção produzem efeito sobre visitante. Ao passar por celas escuras, fechadas por grades e limitadas por paredes cujas marcas corporais e gráficas foram o testemunho de vidas que ali sofreram, o próprio visitante é transformado em testemunha. A passagem pelo espaço das antigas celas é uma experiência de contato do corpo do visitante com a história de outros corpos. Memória material do poder corporificado, as celas da antiga prisão produz nos visitantes desconforto, ansiedade e angústia. Em realidade estas foram minhas sensações ao lá entrar pela primeira vez.

Sempre que os visitantes são timorenses e em grupo, um guia do Memorial os acompanha e após passar por todas as seções, há um momento final de discussão no espaço ao lado do *dark room* chamado de *garden of reflection* ou *jardin reflesau* (tetum-praça). Neste momento é questionado aos visitantes sobre quais sentimentos emergiram no decorrer da visita. Após uma visita acompanhando os estudantes da Universidade Nacional de Timor Leste (UNTL), sentamos no chão e abrimos a roda para o debate. Alguns também lá choraram. Falaram em “injustiça”, “impunidade” e que “não sabiam nada daquilo”. Por um momento, o sentimento de estarem inconformados me pareceu ambíguo. O desconcerto era por não conhecerem aquela história de horror ou por ela ter de fato acontecido?

O monitor responsável pelo “momento de reflexão e socialização” explicou-me que este momento é central no uso educativo do Memorial de Balide. As dúvidas, incertezas, medos e inseguranças ali aparecem e podem ser manifestas através da palavra: “Por que a indonésia invadiu Timor?”; “Por que foram tão violentos?”; “Por que os crimes não foram julgados?”; “Por que não se fala sobre isso?”; “Por que se fala tanto sobre isso?”; “Como isso pode ter acontecido?”. Como forma de “acalmar os corações” o monitor tende a deslocar o problema do passado guiando a reflexão sempre em relação ao futuro. “Sabemos que é muito mais fácil iniciar um conflito que

finalizá-lo. Por isso, temos sempre de estar atento para a violência não voltar. Lembrar da dor do passado é uma forma de evitar nossos erros antigos. Por isso preservar a memória sobre a violação dos direitos humanos e suas consequências é também uma forma de prevenir que as mesmas violações se repitam”⁹.

Museificação da dor e terror de Estado

Conversando com colegas estrangeiros e timorenses a respeito do Memorial de Balide muitos me disseram que se recusavam ir à instituição sob a justificativa de que “é muito forte, ainda não estou pronto”. O que me fez pensar sobre os limites deste tipo de proposta museológica em Timor-Leste. O país ainda hoje encontra-se em franco processo de reconstrução da administração pública e de suas instituições (Silva, 2007), vive um momento de “transição linguística”, com a normalização e oficialização do tétum-praça ao lado da reincorporação da antiga língua colonial, o português. Além disso, e como hipótese de pesquisa da minha própria tese de doutorado, a nação hoje encontra-se num importante momento de “transição historiográfica” na qual as narrativas das duas antigas potências dominantes anteriores – Portugal e Indonésia – esta sendo reescrita e reelaborada através de um esforço de nacionalização – ou “timorização” nos termos locais – da própria história. O Memorial de Balide é um destas peças chave na maquinaria contemporânea da produção timorense da história. Ao lado do Arquivo e Museu da Resistência Timorense (AMRT), também localizado em Díli, ambos constituem as duas principais instituições da memória responsáveis por formular e exhibir uma narrativa articulada sobre o passado da nação. Contudo, o Memorial de Balide em vários sentidos se contrapõe ao AMRT e a narrativa que este propõe.

O AMRT é uma instituição fortemente centrada na experiência da resistência timorense, a armada dos guerrilheiros nas montanhas; a externa, feita nos conselhos da ONU, fóruns internacionais e embaixadas pelo mundo todo; e a clandestina-civil, provavelmente a que mais membros perderam vida mas que foi de fundamental importância para a alimentação, cuidado e apoio aos combatentes e para o intercâmbio de informações dentro e fora do país num contexto de rígido e controle e censura por parte do regime ditatorial de Suharto na Indonésia. Inaugurado apenas em 2012, o AMRT recorda e valoriza, sobretudo, os heróis dos combates, as principais

⁹ Notas de caderno de campo, a tradução do tétum-praça para o português é minha.

lideranças timorenses do conflito armado (Xanana Gusmão, Taur Matan Ruak) e também do conflito diplomático (José Ramos Horta, Bispo Ximenes Belo) – que não por acaso são as principais personalidades políticas do país. Os valores maiores exaltados aqui são o patriotismo, o espírito aguerrido e a incrível narrativa da resistência timorense face ao terceiro maior exército da Ásia, financiado e equipado pelas principais potências ocidentais. Além disso o AMRT está situado numa zona central da cidade, ao lado da UNTL, logo atrás do palácio do Governo no antigo edifício da corte colonial portuguesa belamente reformada. Enquanto o AMRT constitui hoje a principal instituição pública de atividade cultural no país, o Memorial de Balide está situado numa zona periférica da capital, é muito pouco conhecido pelos timorenses e recebe muito menos recurso e atenção por parte do governo.

De fato as vidas representadas em ambos museus adquirem estatutos diferenciados e desiguais na sociedade timorense. Enquanto o AMRT figura quem despontam no panteão do nacionalismo timorense – *ema bo'ot* (homem grande) nos termos locais de tradição austronésia e melanésia – o Memorial de Balide fala de pessoas desconhecidas e anônimas – *ema ki'ik* (gente pequena) nos termos locais. Os personagens do Memorial de Balide constituem aquilo que Michel Foucault (2006) chamou de “vida dos homens infames”, vidas que vieram à luz apenas como objeto de tecnologias políticas capazes de as identificar através do lance de luzes, de um saber capaz de torná-las registráveis e inteligíveis no discurso da história. Vidas menores e sem fama, cujo conhecimento chegou até nós como efeito de dispositivos de poder que as fizeram riscar, falar e deixar um rastro de suas experiências nos arquivos e nas paredes do edifício.

Enquanto o AMRT destaca o lugar dos heróis da nação o Memorial relembra de suas vítimas. Enquanto o primeiro busca reforçar a identidade timorense através do elogio ao nacionalismo, o segundo recorda que assim como timorenses bradavam *mate ka moris ukun-rasik-an* (morte ou vida, independência) o exército invasor e a milícia timorense pró-indonésia também gritava “indonésia ou morte”, fazendo com que o patriotismo aguerrido produzisse mais conflitos. De modo a reforçar ainda mais a oposição para efeito de contraste, enquanto o AMRT narra a vitória daqueles que lutaram contra um Estado militar ilegal, o Memorial destaca sobretudo a história daqueles que perderam a vida e sofreram com o Estado de terror imposto. Parece ser possível afirmar, assim, que a desigualdade de recursos, importância e visibilidade

entre as duas principais instituições museológicas do país¹⁰ está associada e é reflexo direto do próprio estatuto desigual atribuído a diferentes formas de vida na sociedade timorense: os heróis e as vítimas da história nacional¹¹.

Inaugurado em 2005 como peça-chave no conjunto das políticas da memória timorense, o Memorial de Balide foi deslocado para o segundo plano frente ao brilhantismo, a importância e a centralidade do AMRT. Decorre disso que a lembrança da dor e do terror de Estado vivido no território pode estar sendo sutilmente marginalizada em função do discurso bélico e guerreiro da narrativa da resistência. Poderíamos associar, ainda, o Memorial de Balide com as experimentações brasileiras dos chamados “museus de comunidade”, não por seu aspecto informal (já que o Memorial é uma instituição pública financiada pela RDTL), mas pelo fato de suas histórias e narrativas “virem de baixo”. Tal perspectiva subalterna e descentrada nas vozes e vocalizações, de fato contrapõem-se ao discurso estruturado em torno da resistência timorense que parece, por enquanto, constituir a narrativa hegemônica promovida pelo Estado pós-conflito a respeito de seu conflituoso passado.

Sem querer simplificar as possíveis leituras do Memorial de Balide, as observações antes comentadas a respeito da recepção e dos efeitos produzidos em alguns de seus visitantes parecem apontar, de um lado, para a força impactante de um discurso estruturado em torno de histórias de sofrimento e violações corporais, e de outro lado, para a dificuldade dos sujeitos de se reconhecerem nesta mesma história. Vemos então como o Memorial de Balide constitui um modo singular de subjetivação da violência, uma forma de incorporação do sofrimento no coração do Estado nacional através de práticas patrimoniais. O que nos faz pensar como tempo histórico dos conflitos e da experiência de terror é dotado ele mesmo de agência, e transforma e impacta a elaboração de uma memória que, ao reconstruir relações e posições de sujeito, é condição necessária para reabitar um mundo renascido das ruínas da destruição, tal como sugere Veena Das no contexto indiano. É, portanto, através

¹⁰ Um cotejo com o registro de visitantes entre os primeiros meses do ano de 2015 revela uma importante desigualdade em termos de frequência. Enquanto o Memorial de Balide registrou a visita de cerca de 730 visitantes entre os meses de janeiro e julho de 2015, 700 era o número médio de visitantes mensais no AMRT no primeiro semestre de 2015.

¹¹ Sobre isso é notável que enquanto os antigos veteranos da guerrilha são beneficiários de recursos públicos, as demais vítimas não tiveram nenhum programa de reparação aprovado pelo governo. Claro que as dificuldades enfrentadas pela administração pública da RDTL são inúmeras, mas quero apenas apontar aqui, mais uma vez, para esta desigualdade evidente hoje no país.

daqueles que mais sofreram com o conflito e a guerra que o Memorial de Balide constrói uma narrativa da história nacional. Uma história nacional descentrada, pois menos nacional e mais universal, já que centrada nos amplos e alargados valores dos direitos humanos. Os trechos de testemunho impressos em murais, os *grafittis* e as marcas corporais apreendidas no decorrer da visita evidenciam este descentramento e uma maior fragmentação narrativa. Também o já comentado anonimato paira nestes retalhos da experiência dispersos pelo edifício. Anonimato que, em muitos casos, foi condição para o registro dos depoimentos coletados pelo CAVR. Aqui os sujeitos da história não são celebrados como heróis extraordinários, mas figuram como testemunhas que sobreviveram, não da morte heroica, mas daquela ordinária.

Bibliografia

Anderson, Benedict, **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**, São Paulo: Companhia das Letras; 2009 [1983].

Appadurai, Arjun, “Museus são bons para pensar: patrimônio em cena na Índia”, In: **Revista Musas**, N. 3, 2007.

Coupland, Emma, **The Balide Comarca Prison: ‘a sacred place’**, Díli: CAVR; 2009.

CAVR (Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação), **Relatório CHEGA!**, Timor-Leste; 2005a.

CAVR (Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação), **Timor-Leste: Aprisionamento Político**, audiência pública nacional, 17-18 de Fevereiro 2003, Díli; 2005b.

Cohn, Bernard, **Colonialism and its forms of knowledge: the British in India**, Princeton; 1996.

Das, Veena, Poole, Deborah (Eds.). **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fe, School of American Research Press, 2004.

Foucault, Michel, “A vida dos homens infames”, In: **Foucault – Estratégia, Poder-Saber**, Ditos & Escritos Vol. IV, Rio de Janeiro: Forense; 2006c.

Leach, Michael, “East Timorese History after independence”, **History Workshop Journal**, 61 (1); 2006.

_____, “Difficult memories: the independence struggle as cultural heritage in East Timor”, In: Logan, W. And Reeves, K. (orgs.) **Places of pain and shame: dealing with ‘Difficult Heritage’**, London: Routledge; 2009.

- L'Etoile, Benoît de, ““A experiência do museu é a de se deslocar”: entrevista com Benoît de L'Etoile”, In: **PROA – Revista de Antropologia e Arte**, Vol 1, N. 3; 2011.
- McClintock, Anne, **Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**, Campinas: Editora Unicamp; 2010.
- Pratt, Mary Louise, **Os olhos do império – relatos de viagem e transculturação**, Bauru: EDUSC; 1999.
- Thomaz, Omar Ribeiro, **Ecos do Atlântico: Representações sobre o Terceiro Império Português**, Rio de Janeiro: editora UFRJ/FAPESP; 2002.
- Silva, K., Simião, D., **Timor-Leste por trás do palco – cooperação internacional e a dialética da formação do Estado**, Belo Horizonte: Humanitas/UFMG; 2007.
- Schwarz, Lilia M., **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**, São Paulo: Companhia das Letras; 1993.
- Stanley, Elizabeth, **Torture, Truth and Justice – the case of Timor-Leste**, Politics in Asia Series, London and New York: Routledge; 2009.
- Trouillot, Michel-Rolph. **Silencing the Past: Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press; 1995.